

**Retóricas da *Hydra*: papéis, impressos e revolução na cultura política popular no  
Grão-Pará da independência.**

Adilson Júnior Ishihara Brito<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo discutir indícios de uma *cultura política popular* e suas relações com as práticas políticas que estavam sendo forjadas nos círculos letrados do Grão-Pará. A produção e circulação de papéis e impressos com a retórica liberal produziram inúmeras interpretações do processo político vigente, inclusive com grande impacto nas atitudes cotidianas dos homens e mulheres comuns, que, difusamente, expressavam suas opiniões políticas por entre o controle das autoridades públicas. As retóricas liberais e anti-colonialistas, portanto, não fizeram parte somente dos círculos letrados da sociedade paraense, mas se espalharam por cantos ainda pouco estudados pela historiografia da independência brasileira.

**Palavras-chaves:** Independência – Grão-Pará – História Política

**Abstract:** This work has as objective to argue indications of a culture popular politics and its relations with the practical politics that were being forged in the circles scholars of Grão-Pará. The production and circulation of papers and printed matters with the liberal rhetoric had produced innumerable interpretations of the process effective politician, also with great impact in the daily attitudes of the men and common women, that, diffuse, expressed its opinions politics among the control of the public authorities. The liberal and anticolonialist rhetorical, therefore, had not been part only of the circles scholars of the paraense society, but if they still they had spread for places little studied by the historical writing of Brazilian independence.

**Keywords:** Independence – Grão-Pará – History Politics

Este ensaio tem por objeto delinear indícios de uma cultura política popular no contexto do processo de independência construídas no interior da província do Grão-Pará. A relevância dada às atitudes de sujeitos provenientes das camadas iletradas da sociedade paraense está na grande visibilidade que esses sujeitos possuíram no decorrer dos principais acontecimentos relacionados à emancipação política de Portugal, principalmente porque o envolvimento de homens escravos, libertos e livres – estes últimos recrutados para as tropas de linha e milícias - em “desordens” cotidianas e levantes nesse contexto é significativo, considerando o painel de comoções populares que marcou a Amazônia na primeira metade do século XIX.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social do Norte e Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco. Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado “A desordem na ordem: a ‘soldadesca’ na Independência do Grão-Pará, 1808-1835”, financiado pelo CNPq.

As experiências cotidianas de homens livres, libertos e escravos sugerem não somente contatos variados com ideais e projetos políticos da cultura letrada como a produção, em segunda mão, dessas idéias a partir de realidades não-institucionais. Essas “vulgarizações” de textos, papéis e impressos circunstancialmente rompiam com o sentido dado pelos autores aos seus escritos, tornando-os móveis, construídos nos ambientes de troca entre o texto escrito e tradição oral da cultura popular (THOMPSON, 1998: 17; GINZBURG, 1987: 17-18). Os espaços abertos entre os universos letrado e iletrado da sociedade pode nos colocar diante de modalidades partilhadas de ler o real, que dão sentido aos gestos e atitudes individuais, sem, no entanto, descuidarmos das tensões presentes na sociedade, com suas múltiplas divisões e classificações internas, que se enunciam em termos de poder e subjugação (CHARTIER, 1990: 17; BERSTEIN, 1997: 350-352).

Com isso, é possível deslocar uma interpretação historiográfica ainda bastante corrente segundo a qual as classes populares não conseguem dar sentido político à realidade em que vivem, em vista do pouco desenvolvimento das condições materiais e intelectuais observadas no Brasil do início do século XIX, que seriam determinantes para o seu “atraso” e “incultura” (COSTA, 1979: 27-31). Devido à inexistência desses suportes de “civilização”, a proeminência da ação estaria colocada nos propósitos da pequena elite letrada produtora de cultura, enquanto que a maioria do povo seria uma espécie de consumidor passivo que internalizaria acriticamente os conhecimentos a que tinha acesso, paralisado pela sua própria “pobreza ideológica”, agindo segundo seus próprios impulsos mais imediatos (PRADO JR., 1977: 231).

A sucessão de “desordens” cotidianas e levantes organizados pelas camadas populares – metaforicamente associados à figura mítica da Hidra de Lerna - se davam na proporção inversa da capacidade de controle do poder instituído, tornando o perigo de desagregação política uma constante antes e depois do dia 15 de agosto de 1823 – simbolicamente, o dia da aclamação da independência do Brasil na província.

### **Cartas, pasquins e impressos nas fronteiras**

Não parece ser novidade a existência de um fluxo relativamente constante de “papéis incendiários” chegados ao Grão-Pará a partir da fronteira com a Guiana Francesa desde o início do século XIX. A decisão de tomar a possessão francesa acima do Cabo Norte também teve como meta impedir uma possível estratégia militar francesa de ampliar seu território colonial para além da linha do equador português e, assim, evitar que “ideais subversivos” da ordem colonial lusitana penetrassem em regiões da ribeira dos rios Oiapoque e Amazonas.

Nos tempos da ocupação de Caiena (1809-1817), o registro militar de Macapá, com sua pequena tropa miliciania, teve suas atribuições aumentadas, assim como o número de seus regimentos de artilharia e infantaria reforçados com a chegada de soldados recrutados pelo interior da comarca de Belém, do Marajó e, até mesmo, da distante capitania do Rio Negro (REIS, 2003: 316-319). Esses sujeitos provenientes da numerosa população indígena e mestiça da província representavam um ponto de estrangulamento constante no controle militar português, visto serem críticos ao sistema de recrutamento e à transferência forçada para uma região distante de suas casas e famílias, também ao crônico problema do atraso de soldos e a precariedade flagrante de condições de sobrevivência em uma área de floresta densa e fechada (NOGUEIRA, 1999: 207-224). A tentativa de afirmação da Guiana Portuguesa esbarrava nas variadas possibilidades dessa “soldadesca” tomar conhecimento dos princípios doutrinários da Revolução Francesa e das situações no Caribe (Haiti e Jamaica) e utilizá-los como bases para a subversão da ordem colonial, baseada no serviço militar com seus princípios de hierarquia, autoridade e disciplina.

A atenção colocada sobre o tráfego de embarcações mercantis que pudessem facilitar a entrada dessas “idéias subversivas” foi redobrada no contexto da anexação militar da Guiana Francesa. Esse foi o tema central da correspondência trocada entre o governo do Rio de Janeiro e o governador e capitão-general do Grão-Pará, José de Narciso de Magalhães e Meneses, cuja recomendação central era a de “pôr essa Capitania no maior pé de defesa contra os Franceses”<sup>2</sup>. Em abril de 1810, D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares, informou ao governador Magalhães e Meneses, acerca de ofícios recebidos da Filadélfia, informando acerca da entrada de supostos emissários franceses a mando de Bonaparte nas terras da América portuguesa, que estariam a bordo da galera *Tilsit*, vinda de Bayona, a fim de “propagar na América, Doutrinas Revolucionárias, e trazendo para este fim Proclamas, e papéis sediciosos para os espalhar clandestinamente” e ainda “incendiarem o quanto puderem os Estabelecimentos Portugueses e Espanhóis nesta parte do Mundo”<sup>3</sup>.

A abertura comercial selada entre Estados Unidos e França no início de 1811 determinou, em correspondência do Conde de Linhares com o comandante Magalhães e

---

<sup>2</sup> Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEP). Códice 642, Correspondências da Metrópole com os Governadores, documento 18; Códice 644, Correspondências da Corte com as Juntas e Governadores, documentos 20 e 21.

<sup>3</sup> As autoridades portuguesas identificaram o milanês D. Sant-Yago Antonini, que se passava por negociante argentino; Demolin, o capitão da galera *Tilsit*; um certo Monsieur Duclos capitão de fragata do rei Carlos IV; um catalão de idade entre 24 e 26 anos cujo nome não fora identificado; e um tenente alemão das tropas de linha da Espanha, como os emissários da revolução anunciada no Velho Mundo APEP. Códice 642, Correspondências da Metrópole com os Governadores, documentos 93, 94 e 101. Códice 644, Correspondências da Corte com as Juntas e Governadores, documentos 10, 92 e 93.

Meneses, a proibição de desembarque de qualquer cidadão daquele país em solo português que não portasse passaporte devidamente liberado pelo encarregado de negócios portugueses na Filadélfia <sup>4</sup>. As idéias liberais franceses e norte-americanas estavam circulando pela Guiana, onde as reformas determinadas pelo governo francês se deram com a grande violência da insubordinação de soldados e negros escravizados, gerando uma situação colocada no limite extremo da insegurança (REIS, 2003: 319-320).

Na capital da província, a desconfiança sobre os negociantes franceses crescia a olhos vistos, não escapando da suspeição das autoridades nem mesmo o Cônsul da França, Mr. Polacher, que, em correspondência ao governador conde de Vila Flor datada de setembro de 1817, tentou negar as acusações que recaíam sobre si:

*Mais de Bruits conteis est um interrogation dès minimes firent voir que j'étois d'être complice das um trame contre votre personne, et specialment d'avoir [faites] dès Pasquins contre elle, d'avoir fait um plan pour prendre lê Pará, et mille autres choses, toutes plus redicules lês unes que lês autres choses, um farei lacte d'accuse ne povouit m'alarmeur, persuade que peu de jours, sufficient em demonstrer l'absurdite.*

A argumentação do cônsul, pelo visto no restante do documento, tinha o objetivo de relaxar sua prisão no calabouço público da “cidade do Pará” sob o argumento de estar sendo vítima de injustiças por ser estrangeiro <sup>5</sup>. Contudo, a acusação perpetrada pelo governador e capitão-general do Pará, José de Souza Manoel e Meneses, o conde de Vila Flor, recaía sobre uma possível conspiração junto com seus compatriotas e o alastramento dos “pasquins” sediciosos entre a população indígena e negra da província e a tropa para favorecer os interesses de anexação territorial franceses no norte da América Portuguesa. Por diversos trajetos, a utopia da revolução se espalhava silenciosamente irradiada das fronteiras por via de papéis e impressos, que foram pouco comentados entre as autoridades políticas portuguesas, o que nos coloca frente a um dos limites mais contundentes das fontes administrativas, o silêncio (MARIN, 1992: 34-59).

Mesmo esse receio de nomear utopias, concepções políticas e projetos de revolução eram quebrados por autoridades estrangeiras que partilhavam do sistema político português e eram arreadas às influências liberalizantes que o Novo Mundo começava a sentir no decorrer das primeiras décadas do século XIX. Esse é o caso do tenente coronel espanhol José de Valdez que, em correspondência enviada à Junta Provisória do Grão-Pará em dezembro de 1821, chamava a atenção para as funestas influências políticas que a ação do revolucionário José San Martin vinha exercendo sobre a província do Rio Negro. Com um corpo

<sup>4</sup> APEP. Códice 642, Correspondências da Metrópole com os Governadores, documentos 197 e 211.

<sup>5</sup> APEP. Códice 673, Cônsules, documento 18.

considerável de tropas rebeldes ao domínio colonial espanhol, San Martín iniciara uma série de movimentos sediciosos em Piura, Puerto de Payla, Lambayeque, Fauxilho, Chota, Caxamarca e Chachapoyas, províncias integrantes do vice-reinado de Nova Granada, região onde a presença de indígenas e *criollos* no processo de independência foram fundamentais (LYNCH, 1973: 157-188). Tendo sido preso na casa de Félix Olazabal, um dos chefes leais a San Martín, Valdez relata que presenciou a chegada de correspondências trazidas por uma fragata inglesa proveniente do Rio de Janeiro.

*Vi siete cartas de las mismas correspondencias; los dos estaban escritas em idioma Inglez, una em Francez, todas escritas em Pernambuco; las otras quatro estaban escritas com cifras [ilegível] con los números 106, 73 y 16 datadas em Pernambuco y la outra datada en Rio Jeneyro.*

Chama a atenção, nesse relato, a existência de uma rede de comunicação entre sediciosos da América espanhola e portuguesa, possivelmente dentro de um projeto de luta comum contra o Antigo Regime dos dois lados da fronteira. A troca de cartas, proclamações, pasquins, impressos, deveria ser intensa, mesmo com todo o aparato de vigilância montado pelas autoridades castelhanas e lusitanas sobre a circulação de embarcações, estrangeiros e seus papéis nas fronteiras. Na clandestinidade se iam produzindo estratégias revolucionárias diversas e articuladas entre as duas Américas Ibéricas.

A prisão do tenente coronel Valdez em casa do revolucionário Olazabal ainda elucidaria outra dimensão importante dessas relações sediciosas de fronteira: o conteúdo das cartas. Valdez é categórico quanto às informações supostamente contidas nas cartas vistas por ele: “todas siete toman al principio dos [ilegível] impresa en lengua castellana; en premero decía Fraternidad, Union y libertad y en el otro Muera el despotismo, mueran los tiranos, viva la independencia” (grifos do autor) <sup>6</sup>. Como não imaginar essas idéias em contato com uma população majoritariamente indígena, negra e mestiça – livre, escrava e liberta –, muitos degredados para a região dos rios Negro, Madeira e Branco, hostis ao serviço militar nas tropas regulares e auxiliares? O conteúdo dessas cartas elucidava parte de um universo intelectual que adentrava a América, do qual o projeto de “independência” e “liberdade” eram conceitos fundamentais de um novo vocabulário integrante de um tempo de revolução que anunciava, na cultura política popular, o advento de mudanças na estrutura do poder, do estado, do exército, enfim, do próprio dia-a-dia das pessoas comuns (JANCSÓ, 1997; 387-437; GARAVAGLIA, 2005: 213).

<sup>6</sup> APEP. Códice 673, Cónsules, documento 32.

### **Retóricas de autonomia: apropriações da independência**

Em carta enviada ao rei em novembro de 1821, a Junta Provisória do Governo descreve a situação agitada em virtude da iminência de rebeliões populares, fala do “contágio” do “exemplo de Pernambuco”, cujas notícias se tornaram públicas em toda a província, inclusive “ao ponto de aparecer uma Proclamação anônima, em que se convida os Habitantes do Pará a seguir o exemplo de Pernambuco nas hostilidades contra os filhos de Portugal aqui residentes”. A prisão dos irmãos João Fernandes de Vasconcelos, Julião Fernandes de Vasconcelos e Manoel Fernandes de Vasconcelos, acusados de terem em seu poder “os Diários, e Periódicos de Lisboa” abriram espaço para a instauração de um devassa para apurar o caso.<sup>7</sup>

A circulação de periódicos de Lisboa, contendo todas as discussões acerca das novas idéias de “liberdade” era encarada pelo governo local como nociva à tranquilidade pública, justamente por causa da forma como os vários grupos da sociedade paraense consumiriam essas informações. Cartas Régias e Decretos foram enviados ao Pará pelo governo do Rio de Janeiro proibindo a venda, retenção, reprodução e circulação de diversos impressos que continham críticas ao domínio português e eram taxados de anárquicos. Esse foi o caso dos periódicos *O Português* e *Correio Braziliense*, este último editado de Londres por Hipólito José da Costa,<sup>8</sup> que fazia uma oposição às cortes portuguesas, tornando-se cada vez mais favorável à independência brasileira, cujas críticas eram feitas sem censura alguma, por ser editado fora do território português (LUSTOSA, 2000: 75-79).

Não eram inventadas as preocupações do governo grão-paraense sobre o perigo que esses impressos poderiam causar nos extratos mais baixos da sociedade. Tal aconteceu quando no dia 1º de janeiro foi jurada a constituição portuguesa no Pará por parte da tropa de linha, “entenderam os negros Escravos que era a publicação de sua liberdade, e esperavam a todo instante que seus senhores os despedisse de seus ofícios”. Os libertos não tiveram atitude menos polêmica, “porque se persuadiram que tinha ido abaixo o grande Edifício da Ordem Social”, produzindo comportamentos condenáveis em uma sociedade eminentemente escravista, visto que “princiaram a desenvolver os mais odiosos e anti-sociais procedimentos e a esforçar-se até agora em firmar a anarquia”.<sup>9</sup>

A situação não parecia menos confiante em relação à população livre da província. Mesmo após a proclamação da independência na província em agosto de 1823, os ânimos

<sup>7</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Cx 151, documento 11688.

<sup>8</sup> APEP 697. Alvarás, cartas régias e decisões, documentos 24, 25, datados em 25/07/1818. APEP. Códice 605, documentos 12, datado 15/01/1823.

<sup>9</sup> APEP. Códice 805, Correspondências de Diverso com o governo, documento 83.

ainda estavam acalorados na espera pela revolução anunciada com a separação de Portugal. A publicação dos decretos de D. Pedro na província estimulava vivamente comportamentos hostis à estrutura social vigente na província, especialmente no que tange à questão da nacionalidade. O decreto de 18 de setembro de 1822 teve particular importância no desenvolvimento de hostilidades diversas contra os “portugueses” residentes em diversas localidades do Grão-Pará, pois instruía as juntas de governo de todo o Brasil independente a reprimir os indivíduos que se mantivessem ao lado da causa de Portugal.<sup>10</sup>

As leituras feitas desse decreto nas ruas e logradouros públicos de várias vilas da província eram as mais variadas. Em Cametá, vila situada na ribeira do rio Tocantins, e um dos mais importantes focos da revolução no pós-independência, o comandante Manoel Barroso Bastos reclamava-se ao presidente da província acerca da comoção que o decreto de 18 de setembro havia realizado nos povos daquele lugar. Relata, em correspondência datada de agosto de 1824, que “depois que [se] leu a Proclamação de Sua Majestade Imperial que tem crescido o entusiasmo neste Povo”, e assevera que não é possível prender e processar os responsáveis por tais ditos e comportamentos considerados desviantes “sem que haja algum incêndio na População”<sup>11</sup>.

Na ilha de Joanes, o juiz do julgado Joaquim Ângelo Gonçalves contava ao governador da província, em ofício de agosto de 1824, acerca do comportamento de um soldado da artilharia imperial que “publicamente tem por aqui vagado desde o mês de novembro do ano passado”. Indagado pelo juiz que perguntou com que autoridade ele vagava por ali, respondeu que tinha uma licença de seu chefe e, instigado a levar a dita licença à presença do magistrado, ele teria escrito de punho próprio a licença, configurando uma fraude bastante comum entre os que queriam se ver livre das obrigações militares. Joaquim Gonçalves, no entanto, percebeu que esse tipo de comportamento “escandaloso” começava a aumentar na sua jurisdição, visto que “a insubordinação e altivez reinam tanto nesta Vila que já não pode ser mais”. Ademais, Gonçalves chama a atenção para o vínculo que essas posturas

---

<sup>10</sup> “(...) Cumpre imperiosamente atalhar este mal, separando os pérfidos, expurgando deles o Brasil, para que suas ações e a linguagem de suas opiniões depravadas não irrite os bons e leais Brasileiros a ponto de atear a guerra civil (...) Todo aquele porém que não quiser abraçá-lo, (...) deverá sair do lugar em que reside dentro de trinta dias, e do Brasil dentro de quatro meses nas Cidades centrais, e dois meses nas marítimas, contados do dia em que for publicado este Meu Real Decreto nas respectivas províncias do Brasil em que residir(...)”. APEP. Códice 686. Correspondências da Metrópole com o Governo, documento 195.

<sup>11</sup> APEP. Códice 783. Correspondências de Diversos com o Governo, documento 55.

de indisciplina de soldados em relação à tropa tinham com o contexto político vivido no Marajó:

*(...) Eu me persuado que mais de uma vez é de ver-me obrigado a lançar mão de medidas extraordinárias a fim de restabelecer a tranqüilidade Pública e garantir a proteção de V. Ex.<sup>a</sup>, que a cada Passo receio atacada por causa da ignorante inteligência que dão ao Nome independência, liberdade e igualdade, que a encaram sem limites. Essas fontes da onde impetuosamente correm tão pestíferos venenos e sem ferir o que se deve arrancar das imaginações de tantos ignorantes revoltosos.<sup>12</sup>*

As rígidas obrigações militares e os freqüentes maltratos que sofriam no interior das fileiras do exército português talvez não tivessem que existir num momento em que o Brasil havia decretado a sua liberdade de Portugal. A “liberdade” de ir e vir do soldado não identificado de Joanes talvez indique que a existência do exercício de uma autonomia bem maior do que a do passado; a consolidação de uma identidade “brasileira” expressa em gestos e pensamentos sem as amarras do poder estatal; a afirmação de práticas políticas que pudessem ser traduzidas em direitos verdadeiramente liberais, como andar livremente pelas ruas. Essas condutas de “altivez” foram compreendidas pelas autoridades públicas da província como fruto da “incivilização”, da “incultura”, da “ignorância” da “população” iletrada, distante do que consideravam os “verdadeiros” significados da independência e das doutrinas políticas.

A circulação de idéias na província do Grão-Pará era intensa. Não estava restrita aos círculos letrados e abastados da sociedade, que organizavam seus “clubes” de discussão política. Atingiram um público muito mais amplo e variado, letrado e iletrado, que iam construindo representações diversas de acordo com as divisões e classificações presentes na sociedade da independência. Uma rica cultura política, portanto, foi fabricada na teia de concepções e de comportamentos políticos que as autoridades pouco sabiam definir. Nesse horizonte novo de utopia e revolução que se afirmavam desde o alvorecer dos anos oitocentos, escravos, libertos, soldados, desertores, enfim, pessoas comuns participaram ativamente do contexto de transformações pelas quais deveria passar a província nas expectativas dos que viviam à margem da sociedade. Os mitos da “passividade” e da “pobreza ideológica”, portanto, podem ser rediscutidos à luz de um outro olhar sobre o cotidiano de vida e de trabalho no Brasil.

---

<sup>12</sup> APEP Códice 783. Correspondências de Diversos com o Governo, documento 57.



## Bibliografia

- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean François. *Para uma história cultural*. Lisboa, Estampa, 1997, pp. 349-363.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro : Difel/Bertrand, 1991.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 19 ed., São Paulo, Grijalbo, 1979.
- GARAVAGLIA, Juan. Os primórdios do processo de independência hispano-americano. In: JANCÓS, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo, Hucitec : Fapesp, 2005
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Flávio dos Santos e NOGUEIRA, Shirley Maria da Silva. “Notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém, Editora Universitária/UFGPA, 1999, pp. 195-224.
- JANCÓS, István. “A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 387-437.
- LYNCH, John. *The Spanish-American Revolutions, 1808-1826*. New York, W.W. Norton & Company Inc., 1973.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na independência, 1821-1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 10ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.
- RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos: ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 1º volume, Belém : Universidade Federal do Pará, 1970.
- REIS, Arthur César Ferreira. “A Ocupação de Caiena”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de(org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. Tomo II, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, pp. 278-299.

\_\_\_\_\_. “O Grão-Pará e o Maranhão”. IN: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Monárquico*. Vol. II, São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1964, pp. 71-172.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.